

Sumário

Capítulo 1 ► TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	19
1.1. Conceito e nomenclatura	19
1.2. Origem: o Direito Mercantil	20
1.3. Evolução histórica: do Direito Comercial ao Direito Empresarial	21
1.3.1. Teoria dos atos de comércio	21
1.3.1.1. Problemas da teoria dos atos de comércio	22
1.3.2. Teoria da empresa	23
1.3.2.1. Conceitos de empresa e empresário	24
1.3.3. Unificação do Direito Privado	26
1.4. Características do Direito Empresarial	27
1.5. Princípios do Direito Empresarial	28
1.5.1. Função social da empresa	29
1.5.2. Livre-iniciativa	30
1.5.3. Livre concorrência	31
1.5.3.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	32
1.5.4. Tratamento favorecido das ME e EPP	35
1.6. Fontes do direito empresarial brasileiro	38
Capítulo 2 ► ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO	41
2.1. Empresário individual	44
2.1.1. Profissionais intelectuais	46
2.1.2. A inscrição do empresário individual	48
2.1.3. Tratamento especial do empresário rural	50
2.1.4. Impedimentos legais ao exercício de empresa	52
2.1.5. Empresário individual incapaz	53
2.1.6. Empresário individual casado	58
2.1.7. Prepostos do empresário	62
2.1.7.1. Gerente	62
2.1.7.2. Responsabilidade pelos atos dos prepostos	63
2.2. Sociedade empresária	65
2.3. ME (microempresa) e EPP (empresa de pequeno porte)	65
2.4. MEI (microempreendedor individual)	67

Capítulo 3 ▶ REGISTRO EMPRESARIAL	69
3.1. Introdução	69
3.2. Legislação específica	70
3.3. Juntas Comerciais	71
3.3.1. Atos de registro.....	73
Capítulo 4 ▶ ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	79
4.1. Conceito de estabelecimento empresarial.....	79
4.2. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial.....	81
4.3. Trespasse do estabelecimento empresarial.....	83
4.3.1. Efeitos obrigacionais do trespasse.....	86
4.3.2. Cláusula de não concorrência	92
4.3.3. Aviamento e clientela	96
Capítulo 5 ▶ NOME EMPRESARIAL	99
5.1. Conceito de nome empresarial	99
5.2. Proteção legal do nome empresarial.....	99
5.3. Outros elementos de identificação dos empresários	102
5.4. Espécies de nome empresarial.....	103
Capítulo 6 ▶ ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL	109
6.1. Obrigação legal de escrituração	109
6.2. Formalidades da escrituração	110
6.3. Proteção legal dos livros empresariais	111
6.4. Eficácia probatória dos livros empresariais.....	112
Capítulo 7 ▶ DIREITOS INDUSTRIAIS.....	115
7.1. Propriedade intelectual	115
7.2. Legislação específica	115
7.3. Patentes.....	118
7.3.1. Requisitos de patenteabilidade.....	121
7.3.2. Titularidade da patente	122
7.3.3. Prazo de vigência da patente.....	125
7.3.4. Licença da patente.....	125
7.3.5. Patentes <i>pipeline</i> e patentes <i>mailbox</i>	128
7.4. Registro de desenho industrial.....	131
7.4.1. Requisitos de registrabilidade do desenho industrial.....	131
7.4.2. Prazo de vigência do desenho industrial.....	132

7.5. Registro de marca	133
7.5.1. Distintividade da marca	134
7.5.2. Espécies de marca	139
7.5.3. Âmbito de proteção da marca.....	142
7.5.4. Vigência do registro de marca.....	147
7.6. Indicações geográficas	148
7.7. Trade dress (conjunto-imagem do produto)	150
7.8. Puffing (exagero publicitário)	151
Capítulo 8 ► TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO	153
8.1. Sociedade: conceito e características.....	153
8.2. Classificações das sociedades	157
8.3. Tipos societários.....	160
8.4. Sociedade exploradora de atividade rural	161
8.5. Personalização jurídica das sociedades.....	162
8.5.1. Desconsideração da personalidade jurídica.....	164
8.5.1.1. Teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica .	165
8.5.1.2. Teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica ..	167
8.5.1.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica	171
8.5.1.4. A desconsideração inversa da personalidade jurídica	174
8.5.1.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	175
8.6. Sociedades dependentes de autorização	177
8.7. Sociedade nacional	178
8.8. Sociedade estrangeira	178
8.9. Sociedade entre cônjuges.....	179
8.10. Sociedade cooperativa	181
8.11. Operações societárias.....	184
8.11.1. Transformação.....	185
8.11.2. Incorporação	187
8.11.3. Fusão	189
8.11.4. Cisão	190
8.11.5. Coligação	192
Capítulo 9 ► SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	195
9.1. Observação prévia	195
9.2. Sociedade em comum.....	195
9.3. Sociedade em conta de participação	199

Capítulo 10 ► SOCIEDADES CONTRATUAIS.....	207
10.1. Introdução	207
10.2. Natureza jurídica do contrato social.....	207
10.3. Formalidades do contrato social	208
10.4. Registro do contrato social	208
10.5. Cláusulas gerais do contrato social	210
10.5.1. Qualificação dos sócios	210
10.5.2. Qualificação da sociedade	211
10.5.3. Capital social	211
10.5.4. Subscrição e integralização das quotas	212
10.5.4.1. Sócio remisso.....	214
10.5.5. Administração da sociedade	215
10.5.5.1. Responsabilidade pelos atos dos administradores	217
10.5.6. Participação nos resultados sociais.....	220
10.5.7. Responsabilidade dos sócios pelas dívidas sociais.....	221
10.6. Deliberações sociais.....	222
10.7. Modificação do contrato social.....	224
10.8. Morte de sócio	225
10.9. Cessão de quotas.....	226
10.10. direito de retirada	227
10.11. Exclusão de sócio	228
10.12. Sociedade em nome coletivo.....	231
10.13. Sociedade em comandita simples	233
10.14. Sociedade limitada.....	234
10.14.1. Legislação aplicável à sociedade limitada	236
10.14.1.1. Aplicação supletiva das normas da sociedade anônima	237
10.14.2. Quotas sociais na sociedade limitada	238
10.14.2.1. Cessão de quotas na sociedade limitada.....	240
10.14.2.2. Sócio remisso na sociedade limitada	243
10.14.2.3. Aquisição de quotas pela própria sociedade limitada	243
10.14.2.4. Quotas preferenciais na sociedade limitada	245
10.14.3. Administração da sociedade limitada	246
10.14.4. Conselho fiscal na sociedade limitada	249
10.14.5. Deliberações sociais na sociedade limitada	251
10.14.6. Alteração do capital social da sociedade limitada	257
10.14.7. Exclusão extrajudicial de sócio por justa causa na sociedade limitada ..	259

10.15. Procedimento dissolutório das sociedades contratuais	261
10.15.1. Dissolução parcial das sociedades contratuais.....	266
10.15.1.1. Efeitos da dissolução parcial das sociedades contratuais.....	268
Capítulo 11 ► SOCIEDADE ANÔNIMA	273
11.1. Introdução	273
11.2. Legislação aplicável à sociedade anônima	273
11.3. Características importantes da sociedade anônima	274
11.4. Classificação das sociedades anônimas	275
11.4.1. Bolsas de valores e mercado de balcão	276
11.4.2. Mercado de capitais primário e mercado de capitais secundário	277
11.5. Constituição da sociedade anônima.....	278
11.5.1. Requisitos preliminares de constituição da sociedade anônima	278
11.5.1.1. Constituição por subscrição pública	278
11.5.1.2. Constituição por subscrição particular	280
11.5.1.3. Algumas regras gerais sobre a subscrição das ações.....	281
11.5.2. Formalidades complementares à constituição de sociedade anônima	284
11.6. Capital social da sociedade anônima.....	285
11.6.1. Acionista remisso	287
11.6.2. Ações	288
11.6.2.1. Classificações das ações	289
11.6.2.2. Valor da ação	294
11.6.2.3. Direitos essenciais dos acionistas.....	294
11.7. Valores mobiliários	296
11.8. Assembleia geral da sociedade anônima.....	299
11.8.1. Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária	303
11.9. Administração da sociedade anônima	303
11.9.1. Conselho de administração	304
11.9.2. Diretoria	309
11.9.3. Normas comuns aos conselheiros e diretores.....	311
11.9.4. Deveres dos administradores	312
11.9.5. Responsabilidade dos administradores.....	315
11.10. Conselho fiscal na sociedade anônima	319
11.11. Controle acionário.....	321
11.11.1. Espécies de poder de controle	323
11.11.2. Governança corporativa.....	324
11.11.3. Alienação de controle	325
11.11.3.1. Oferta pública de aquisição (OPA).....	326

11.11.4. Acordo de acionistas.....	328
11.12. Procedimento dissolutório da sociedade anônima	329
11.12.1. Dissolução parcial da sociedade anônima	331
11.12.2. Sociedade anônima do futebol – SAF.....	332
11.13. Sociedade em comandita por ações	337
11.14. Empreendimentos de economia solidária.....	339
Capítulo 12 ► TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR	345
12.1. Introdução	345
12.2. Legislação aplicável.....	345
12.3. Sujeição legal.....	347
12.3.1. Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	349
12.3.2. Sociedades empresárias submetidas a liquidação extrajudicial.....	350
12.4. Foro competente	353
12.5. Participação do MP.....	357
12.6. Aplicação subsidiária do CPC	358
12.7. Administrador judicial	360
12.8. Comitê de credores.....	365
12.9. Assembleia geral de credores	366
Capítulo 13 ► RECUPERAÇÃO JUDICIAL	373
13.1. Princípio da preservação da empresa	373
13.2. Requisitos legais para o pedido de recuperação judicial	374
13.3. Formalidades da petição inicial do pedido de recuperação judicial.....	383
13.4. Constatação prévia na recuperação judicial	385
13.5. Deferimento do processamento do pedido.....	386
13.5.1. Verificação e habilitação de créditos na recuperação judicial.....	389
13.5.2. Suspensão das ações e execuções individuais na recuperação judicial	396
13.6. Plano de recuperação judicial	408
13.6.1. Meios de recuperação	411
13.6.2. Objeções dos credores	414
13.6.3. Deliberação dos credores.....	414
13.7. Necessidade de apresentação de CND pelo devedor	419
13.8. Concessão da recuperação judicial	421
13.9. Convolução da recuperação judicial em falência.....	424
13.10. Encerramento da recuperação judicial.....	427
13.11. Plano especial de recuperação judicial para ME e EPP	429
13.12. Conciliação e mediação na recuperação judicial.....	432

Capítulo 14 ► RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	433
14.1. Introdução	433
14.2. Requisitos legais da recuperação extrajudicial.....	433
14.3. Plano de recuperação extrajudicial.....	434
14.4. Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	434
14.5. O pedido de homologação do art. 162 da LRE	436
14.6. O pedido de homologação do art. 163 da LRE	436
14.7. Procedimento de homologação do plano de recuperação extrajudicial	438
14.8. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial	440
 Capítulo 15 ► FALÊNCIA	 443
15.1. Introdução	443
15.2. Legitimidade ativa	444
15.3. Fundamento do pedido	446
15.4. Resposta do devedor.....	449
15.5. Denegação da falência.....	450
15.6. Decretação da falência.....	451
15.6.1. Efeitos da decretação da falência	454
15.7. Arrecadação dos bens do falido.....	457
15.7.1. Arrecadação de bens dos sócios de sociedade falida	459
15.7.2. Investigação de atos anteriores à falência	461
15.7.3. Pedidos de restituição	466
15.8. Realização do ativo.....	467
15.9. Verificação e habilitação de créditos da falência	473
15.10. Pagamento dos credores	476
15.10.1. Créditos concursais	478
15.11. Encerramento do processo falimentar	488
15.12. Extinção das obrigações do falido.....	489
 Capítulo 16 ► TÍTULOS DE CRÉDITO	 493
16.1. Introdução aos títulos de crédito	493
16.2. Conceito de título de crédito.....	493
16.2.1. Princípios dos títulos de crédito.....	494
16.2.2. Características dos títulos de crédito.....	496
16.3. Evolução histórica dos títulos de crédito	496
16.4. Classificações dos títulos de crédito.....	497
16.5. Legislação aplicável aos títulos de crédito No Brasil	499
16.5.1. Títulos de crédito no Código Civil	501

16.5.1.1. Autonomia e omissão de requisito legal.....	501
16.5.1.2. Conteúdo e forma dos títulos de crédito.....	502
16.5.1.3. A desmaterialização dos títulos de crédito.....	503
16.5.1.4. Cláusulas proibidas nos títulos de crédito.....	504
16.5.1.5. Títulos de crédito em branco ou incompletos.....	504
16.5.1.6. Obrigação cambial de representante/mandatário.....	505
16.5.1.7. Títulos representativos.....	505
16.5.1.8. Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação versus teoria da emissão).....	506
16.5.1.9. Os títulos ao portador.....	506
16.6. Principais institutos cambiários.....	507
16.6.1. Endosso.....	507
16.6.1.1. Endosso em branco e endosso em preto.....	509
16.6.1.2. Endosso impróprio.....	510
16.6.1.3. Endosso póstumo ou tardio.....	512
16.6.1.4. Endosso x cessão civil de crédito.....	512
16.6.2. Aval.....	513
16.6.2.1. Aval x fiança.....	516
16.6.2.2. Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada.....	517
16.6.3. Protesto.....	518
16.7. Principais espécies de títulos de crédito típicos/nominados.....	521
16.7.1. Letra de câmbio.....	521
16.7.2. Nota promissória.....	524
16.7.3. Cheque.....	527
16.7.4. Duplicata.....	536
16.7.4.1. Duplicata escritural.....	543
Capítulo 17 ► TEORIA GERAL DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	545
Capítulo 18 ► CONTRATOS DE COLABORAÇÃO EMPRESARIAL.....	551
18.1. Subordinação empresarial nos contratos de colaboração.....	551
18.2. As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração.....	554
18.3. Comissão mercantil.....	554
18.4. Representação comercial.....	559
18.5. Concessão mercantil.....	566
18.6. Franquia (franchising).....	568

Capítulo 19 ► OUTRAS ESPÉCIES DE CONTRATOS EMPRESARIAIS	573
19.1. Contratos bancários	573
19.1.1. Depósito bancário	574
19.1.2. Mútuo bancário	575
19.1.3. Desconto bancário	576
19.1.4. Abertura de crédito	577
19.2. Alienação fiduciária em garantia	578
19.2.1. Alienação fiduciária de bens imóveis	579
19.2.2. Bens móveis	580
19.3. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	585
19.3.1. A cobrança antecipada do valor residual (VRG)	586
19.4. Fomento mercantil (<i>factoring</i>)	589
19.4.1. Características do <i>factoring</i>	591
BIBLIOGRAFIA	593